

União deu R\$ 75 mi a suspeitos de garimpo

Empresas que recebem dinheiro público são ligadas a helicópteros investigados por ilegalidade em terra indígena

Vinicius Sassine

BRASÍLIA O governo federal pagou R\$ 124 milhões a empresas que fazem uso de helicópteros suspeitos de garantir a logística em garimpos ilegais em terra indígena na Amazônia. Desse valor, R\$ 75 milhões (60,5%) foram pagos nos dois anos e nove meses do governo Jair Bolsonaro.

Uma operação da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), com a participação da Polícia Federal, suporte do Ibama e coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, apreendeu ou interditou em Roraima 66 aeronaves suspeitas de atuação em mineração na terra yanomami, a maior do Brasil.

A Folha obteve os documentos da apreensão de nove helicópteros, feita em 26 de agosto. Os detalhes dessas apreensões e o cruzamento feito pela reportagem com dados dos registros de aeronaves e com pagamentos feitos pelo governo mostram um suposto jogo duplo de pessoas associadas a empresas de transporte aéreo.

A ação da Anac ocorreu nas dependências da Cataratas Poços Artesianos, em Boa Vista. Um dos sócios da Cataratas, Rodrigo Martins de Mello, é também um dos donos da Icarai Turismo Táxi Aéreo. No momento da inspeção, agentes da Anac e da PF encontraram um piloto e um sócio da Emar Táxi Aéreo. Parte dos helicópteros irregulares é operada pela Tarp Táxi Aéreo.

As quatro empresas recebem ou receberam recursos públicos federais. A fatia mais expressiva dos pagamentos é do Ministério da Saúde, para fins de saúde indígena.

Aeronaves e pilotos suspeitos de abastecer áreas de garimpo são ligadas a empresas que recebem dinheiro público para transportar equipes de saúde e indígenas, inclusive os yanomami de Roraima.

Os pagamentos ocorrem desde 2014, com intensificação a partir de 2016 e na gestão Bolsonaro. A saúde indígena concentra quase todos os pagamentos.

O valor total, R\$ 124 milhões, está registrado no Portal da Transparência do governo. Uma parte foi destinada às empresas por Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (R\$ 506 mil), Exército (R\$ 6,5 mil), Anac (R\$ 4 mil) e Embrapa (R\$ 3,6 mil).

“Os DSEIs (distritos sanitários especiais indígenas) celebram contratos com diversas empresas para atendimento de suas necessidades logísticas,



Garimpo no rio Uraicoera, na terra indígena yanomami, em Roraima Christian Braga/Greenpeace

Garimpo ilegal e recursos públicos

Veja empresas envolvidas e quanto receberam do governo federal

Empresa	Cataratas Poços Artesianos	Icarai Turismo Táxi Aéreo	Emar Táxi Aéreo	Tarp Táxi Aéreo
Sócio citado	Rodrigo Martins de Mello	Rodrigo Martins de Mello	Caio Tomaz Marins	-
Circunstâncias na ação da Anac e da PF	Ação da Anac, em parceria com a PF, foi feita nas dependências da empresa, em Boa Vista. No local foram encontrados helicópteros irregulares, galões de combustível, motores e outros materiais que apontam para um espaço de apoio logístico ao garimpo ilegal	Rodrigo Mello foi apontado como dono do combustível e do imóvel vistoriado em Boa Vista. Apareceu no local, e foi indiciado pela PF por crime ambiental	Um piloto da Emar, Diego Bichara, estava na empresa vistoriada pela Anac checando as condições de um helicóptero de Rodrigo Mello, que seria usado para o resgate de uma tripulação de uma outra aeronave caída à margem do Rio Uraicoera, que corta a terra yanomami. O helicóptero que pilotaria já havia sido arrendado pela Emar por cinco anos. O sócio da empresa, Caio Marins, também participaria do resgate e também estava no momento da inspeção da Anac	Dentre as nove aeronaves apreendidas pela Anac no galpão inspecionado, três são operadas pela Tarp, conforme registros da própria Anac. A empresa é dona de um dos helicópteros
Valores recebidos do governo federal	R\$ 8,6 milhões	R\$ 30,6 milhões	R\$ 55,4 milhões	R\$ 29,1 milhões
Período dos pagamentos	2014 a 2018	2018 a 2021	2018 a 2021	2016 a 2018
Quanto foi pago no governo Bolsonaro	R\$ 0	R\$ 23,5 milhões	R\$ 51,7 milhões	R\$ 0
Órgãos que fizeram os pagamentos	Ministério da Saúde, Embrapa, Exército	Ministério da Saúde e Codevasf	Ministério da Saúde e Anac	Ministério da Saúde

Fontes: Documentos da Anac e da PF, registros das aeronaves na Anac e Portal da Transparência do governo federal

cas, conforme preconizado em lei”, disse o Ministério da Saúde, em nota.

A Codevasf fez licitação para tratamento de aeronave e contratou o menor preço, com o serviço sendo executado regularmente, afirmou. O Exército não respondeu. Os pagamentos da Anac são restituições de taxa, segundo a agência. A Embrapa Roraima contratou a empresa Cataratas para manutenção de poço artesiano.

A ação nas dependências da Cataratas Poços Artesianos resultou numa prisão em flagrante, no indiciamento pela PF do homem preso e no indiciamento do dono, Rodrigo Mello, que apareceu ao ser contatado pelas autoridades.

O Ibama foi acionado diante da presença de grande quantidade de material associado a crimes ambientais, principalmente galões com combustível — os chamados carotes, no universo do garimpo ilegal. Havia ainda uma quantidade de minério.

Os fiscais da Anac encontraram irregularidades nas nove aeronaves apreendidas. A alteração mais marcante é a

tirada de bancos traseiros e a substituição por estruturas de metal ou compensado. Isso inviabiliza o “transporte de combustível e de maquinário para as áreas de garimpo”, conforme os registros da operação. Equipamentos apreendidos indicam pontos de passagem próximos à Floresta Nacional, “local que é utilizado como ponto de apoio ao garim-

po ilegal na terra indígena yanomami”, conforme consta nos documentos.

“Todas as aeronaves estavam descaracterizadas, com bancos traseiros retirados. Carotes de 50 litros seriam levados para garimpos em território yanomami”, disse à Folha o delegado Celso Paiva, da PF em Roraima, responsável pelo inquérito aberto.

Mello, dono da Cataratas, é alvo de outras investigações da PF sobre garimpo ilegal na terra yanomami. Entre 2014 e 2018, a Cataratas recebeu R\$ 8,6 milhões do governo. Depois, a Icarai assumiu o protagonismo nos repasses: R\$ 30,6 milhões de 2018 a 2021.

A Folha, em nota assinada pelo advogado Cláudio Dalledone, Mello afirmou que todos os contratos de suas empresas foram cumpridos integralmente “à luz dos órgãos de fiscalização”. “Os objetos encontrados na sede da empresa nada tem a ver com ações ilegais de garimpo”.

Quando os fiscais da Anac estiveram no espaço da Cataratas, um piloto e um sócio da Emar Táxi Aéreo testavam um helicóptero. Eles foram ouvidos pela PF e disseram que fariam um resgate à margem do rio Uraicoera, que corta a terra yanomami.

O piloto afirmou que um dos helicópteros apreendidos havia sido arrendado pela Emar, por cinco anos, até 2020. Ele e o sócio foram ouvidos como testemunhas. A PF segue investigando a participação dos dois no episódio. Eles são investigados ainda pela Anac, segundo a própria empresa.

A Emar recebeu até agora R\$ 55 milhões para transporte voltado à saúde indígena. “Não temos qualquer envolvimento com a empresa que sofreu a apreensão. Os pilotos da Emar não têm dever de exclusividade. No dia da ocorrência, estavam de férias e no local sem o conhecimento e a anuência da empresa”, afirmou Antônio Romero, diretor-geral da Emar.

Sobre os recursos recebidos do governo, o diretor disse que os serviços vêm sendo prestados desde o êxito em licitação da Secretaria Especial de Saúde Indígena em 2018.

“Não há registros de outras irregularidades envolvendo ilícito em nome da Emar na Anac”, afirmou a agência. Dos nove helicópteros apreendidos, dois eram operados pela Tarp Táxi Aéreo e um era de propriedade dessa empresa, segundo os registros da Anac. A reportagem não conseguiu contato com a companhia.

Helicóptero com registro da Polícia Civil do Rio de Janeiro é apreendido por possível uso ilegal

BRASÍLIA Um helicóptero apreendido pela Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) em 26 de agosto, durante uma operação voltada ao combate a estruturas de apoio ao garimpo ilegal na terra indígena yanomami, carregava na cauda o prefixo PP-EIH.

O dono, segundo os registros da Anac e o termo de apreensão, é a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

A possibilidade de que um helicóptero da polícia do Rio tenha operado em garimpo ilegal em Roraima, dando suporte à logística nos clareiros na Amazônia, provocou um jogo de empurra entre os órgãos envolvidos.

A Folha e a Polícia Civil do Rio afirmaram, em nota, que o helicóptero sofreu um acidente e foi entregue à seguradora em 2013, “não pertencendo à Polícia Civil do Rio desde então”. “O procedimento foi entregue



Helicóptero identificado como sendo da Polícia Civil do Rio de Janeiro apreendido Divulgação/PP

elementos foi a identificação de peças sem rastreabilidade. Conforme o auto de apreensão, os indícios são de que o helicóptero era utilizado para transporte de cargas.

Agentes suspeitam que a sucatada do helicóptero tenha sido comprada num leilão, e que peças de uma segunda aeronave tenham sido acopladas. É um processo conhecido como “cambialização”.

Se isso ocorreu, com a manutenção do registro no nome da Polícia Civil do Rio, a aeronave pode ter voado a áreas de garimpo sem qualquer risco de identificação dos verdadeiros donos.

O empresário Rodrigo Martins de Mello, dono da Cataratas Poços Artesianos, onde o helicóptero foi encontrado e apreendido, adquiriu somente a “carcaça, a sucatada”, conforme nota assinada pelo advogado Cláudio Dalledone.

Segundo o documento de Anac, há indícios de operação ilegal “dada a caracterização encontrada”. Um dos